

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS, TERRITÓRIOS e
DESENVOLVIMENTO: O CASO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS
NO SUL E SUDESTE DO BRASIL**

Bolsa Funbio Conservando o Futuro para **doutorado** no eixo temático de **gestão territorial para a proteção da biodiversidade**

Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-graduação em Geografia

Doutorando: **Guilherme Cândido de Campos Tebet.**

CL: <http://lattes.cnpq.br/013665478778573>

Orientadora: **Leila Christina Dias.**

CL: <http://lattes.cnpq.br/7634064436937002>

1) Introdução

A intensificação do uso de recursos naturais a partir do século XX pelas sociedades humanas despertou o interesse por uma discussão mais aprofundada sobre a relação sociedade/natureza, e a preocupação em proteger esses recursos. A criação de áreas protegidas tem sido um modo recorrente para reagir a estes problemas ambientais (JUNIOR, *et al.*, 2009). No entanto, a definição de estratégias adequadas de conservação e proteção dos ecossistemas é tema polêmico entre cientistas e ambientalistas (CUNHA, COELHO, 2009). De maneira simplista temos de um lado as estratégias *preservacionistas*, que objetivam a proteção da natureza em seu ‘estado original’, intocado, o que só é possível através da exclusão dos grupos humanos destas áreas, evitando qualquer uso direto de seus recursos; e do outro lado as estratégias *conservacionistas*, que advogam o uso sustentável dos recursos, evitando uma separação artificial entre sociedade e natureza, e considerando a necessidade de integrar as populações humanas em estratégias de uso não degradantes dos recursos naturais. (PORTO-GONÇALVES, 2006; CUNHA; COELHO, 2009; JÚNIOR, *et al.*, 2009).

Em termos de políticas públicas sobre áreas protegidas, o Brasil foi, inicialmente, bastante influenciado pela visão preservacionista. Principalmente na década de 70 e 80, as políticas ambientais foram fortemente centralizadas e houve a criação de muitas unidades de conservação que proibiam as atividades humanas no seu interior (CUNHA; COELHO, 2009; JÚNIOR, *et al.*, 2009). Por outro lado, os conflitos territoriais decorrentes destas políticas por populações locais – tradicionais ou não - se multiplicaram (VIVACQUA; VIEIRA, 2005; DIEGUES, 2008; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). A corrente *conservacionista* começa a ganhar força a partir do período de redemocratização brasileira em que as questões ambientais passam a ser amplamente discutidas com a sociedade civil e organizações internacionais (JÚNIOR, *et al.*, 2009). Na mesma época, fruto destes debates, se consolida no Brasil o movimento socioambientalista, mais ligado às questões sociais, se caracteriza pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza (DIEGUES, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006). De fato, “em ritmos variados diversas unidades de conservação foram estabelecidas no Brasil, ao mesmo tempo em que a degradação ambiental avançou em função de planos desenvolvimentistas de vários governos” (GAMBA; RIBEIRO, 2017. p.154). Outro argumento do movimento socioambientalista, é que populações locais que tradicional e historicamente vem se apropriando de maneira sustentável de recursos naturais são diretamente impactados em seus modos de vida tanto pela criação das unidades de

conservação do tipo preservacionista, quanto pelos grandes empreendimentos desenvolvimentistas (DIEGUES, 2000).

Em 2000 é promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, incorporando parte da demanda socioambientalista, dividiu as Unidades de Conservação (UC) em dois grandes grupos: (I) o de proteção integral, de inspiração preservacionista, onde o uso direto de recursos naturais não é permitido, e (II) o grupo de uso sustentável (BRASIL, 2000). As Reservas Extrativistas, até então políticas de assentamento agrário, são incorporadas enquanto estratégia de conservação no grupo de UCs de usos sustentáveis. Nesta categoria de unidade de conservação é garantido o direito de uso exclusivo dos recursos naturais por parte de uma população tradicional. Como evidenciado pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas e pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a premissa é de que populações tradicionais, por dependerem dos recursos naturais, são aliadas da conservação e tem o potencial de se envolverem em trajetórias de ‘desenvolvimento sustentável’ (BRASIL, 2006; 2007) Assim, com o SNUC, institucionaliza-se a criação um arranjo político que garante o acesso a territórios tradicionais visando o desenvolvimento sustentável através de uma política pública de conservação.

Porém, o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de amplamente usado, é bastante controverso (WILLIS, 2009). A definição prevista em lei é vaga e de baixa capacidade analítica, segundo a Política Nacional de Comunidades Tradicionais desenvolvimento sustentável é: “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (BRASIL, 2007). Dentro deste debate, Alier (2007), por exemplo, distingue entre sustentabilidade forte, baseado em um novo modelo de desenvolvimento (entendido como estratégia de relação entre sociedade e ambiente) e sustentabilidade fraca, em que a problemática ambiental é incorporada aos mecanismos de regulação da economia capitalista. Porto-Gonçalves (2012), por sua vez, aponta de que forma o capitalismo global, sustentado por uma matriz ideológica economicista e neoliberal, se apropria do conceito de desenvolvimento sustentável gerando ainda mais injustiças sociais e ambientais. Embora existam vários conceitos diferentes e imprecisões a respeito do desenvolvimento sustentável, parece haver uma convergência no sentido da necessidade de um economia que se baseia em um uso não degradante dos recursos naturais e inserido em uma trajetória de desenvolvimento diferenciado, que dê conta dos desafios ambientais e das injustiças sociais.

Para além da discussão teórica/prática do que é o desenvolvimento sustentável, nos parece promissor, seguindo os passos do Ribeiro (2008), considerar o desenvolvimento como um campo de poder, constituído por diferentes atores e instituições, cuja estrutura e dinâmica são marcados por processos históricos de articulação e conflito destes atores (RIBEIRO, 2008). Neste sentido nos cabe perguntar qual a trajetória de desenvolvimento das populações tradicionais em reservas extrativistas?, se o debate socioambientalista gira em torno das necessidades de alternativas de desenvolvimento, qual a importância das RESEX em impulsionar estes novos caminhos?

Pela legislação brasileira, populações tradicionais são definidas como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.” (BRASIL, 2007). Little (2002) destaca que do ponto de vista etnográfico as diferenças entre os vários grupos ditos tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, *etc.*) é tão grande que parece inviável tratá-los dentro de uma mesma classificação. Segundo este autor, a semelhança entre estes grupos estaria na sua trajetória histórica de territorialização, fortemente vinculada a uma marginalidade econômica, localizadas em áreas intersticiais dos epicentros econômicos regionais (LITTLE, 2002). No entanto, de maneira acentuada a partir da década de 80, esses territórios passaram a ser ‘invadidos’ por novas tecnologias industriais, de produção e transporte, alterando de maneira radical as antigas relações ecológicas e sociais estabelecidas e incorporando estas populações a economia nacional (LITTLE, 2002). Este processo histórico teria levado essas populações a lutar pela garantia do direito de acesso aos recursos naturais de seus territórios, o que culminou na articulação com o movimento ambientalista na busca por uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente (LITTLE, 2002).

Dentro deste contexto, as reservas extrativistas, que surgiram na Amazônia a partir da luta dos seringueiros na amazônia para garantir acesso aos seus territórios em disputa pela expansão agrícola e madeireira na região, passam a ser apropriadas, a partir da década de 90, enquanto estratégia política pelos pescadores artesanais, levando ao processo de criação de reservas extrativistas marinhas. Na região sul e sudeste do Brasil, por exemplo, existem três reservas extrativistas federais. A RESEX Pirajubaé, em Florianópolis, que está localizada na capital do estado de Santa Catarina, a apenas sete quilômetros do centro da cidade, totalmente inserido em um contexto urbano (TEBET, 2014); A RESEX do Mandira em Cananéia, SP, que é uma comunidade quilombola que cultiva e comercializa ostras, através de uma cooperativa,

para mercados consumidores na capital; E a RESEX Arraial do Cabo no Rio de Janeiro, que está localizada em uma região onde o turismo é um dos principais agentes dinamizadores da economia local (DIEGUES, 2004).

Nestas regiões as populações tradicionais estão cada vez mais inseridas na sociedade urbano-industrial sob influência da economia regional/global capitalista, o que acaba por gerar: (I) mudanças na atividade produtiva (ex. intensificação do uso dos recursos, inovações tecnológicas, mudanças de recurso alvo, acesso a novos mercados, *etc.*); e (II) disputas territoriais com outros atores sociais e projetos econômicos que almejam se apropriar do mesmo espaço (ex. pesca industrial, indústria imobiliária, turismo, *etc.*).

Partimos do entendimento de que nas reservas extrativistas o uso sustentável, e a consequente proteção da biodiversidade, depende da inserção socioeconômica destas comunidades em um contexto mais amplo, em que estratégias políticas e econômicas são múltiplas, muitas vezes conflitantes, e que envolvem vários atores sociais em diferentes escalas. Se são os modos de vidas das populações tradicionais que garantem um uso sustentável dos recursos naturais, e estes modos de vida são dinâmicos e atualmente vem enfrentando profundas transformações, compreender a trajetória de desenvolvimento destas populações é fundamental. Principalmente nas reservas extrativistas, já que elas são a principal política pública brasileira voltada para garantir a proteção da biodiversidade através do uso sustentável de recursos naturais por povos e comunidades tradicionais. Desta forma, esta pesquisa pretende compreender qual o papel das reservas extrativistas na trajetória de desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais na região sul e sudeste do Brasil. Algumas das questões que norteiam este trabalho são: Porque especificamente estas comunidades de pescadores artesanais demandaram a criação de Resex nestas áreas? Quais as estratégias de desenvolvimento adotadas por estas comunidades? Quais as ameaças a essas estratégias? Que outros fatores influenciam nos modos de vida dessas populações?

2) Justificativa

As Reservas extrativistas vêm sendo apontadas como uma estratégia promissora de conservação. O rol de argumentos favoráveis a esta política pública são de natureza diversa, dentre eles destacamos: (I) é uma concepção de conservação que enfrenta a dicotomia sociedade-natureza integrando o homem ao meio (DIEGUES, 2000; CUNHA; COELHO,

2009); (II) do ponto de vista da gestão, arranjos de manejo participativo, conhecidos como co-manejo ou co-gestão, articulando usuários diretos dos recursos com escalas superiores de organização do Estado visando à regulação do uso de recursos naturais são apontados como mais eficientes e equitativos (ARMITAGE, BERKES, DOUBLADAY, 2002; CUNHA; COELHO, 2009; VIEIRA, 2005; KALIKOSKI, 2007); (III) do ponto dos usos dos recursos naturais, as populações tradicionais, detentoras de um modo de vida não hegemônico, e com economias baseadas na subsistência, tem maior propensão a se apropriar e utilizar de maneira não degradante desses recursos, garantindo sua conservação (DIEGUES, 2000; ALIER, 2007; LEFF, 2009; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016); (IV) do ponto de vista jurídico, populações tradicionais reivindicam do Estado o direito de acesso aos seus territórios e o reconhecimento de um regime de apropriação diferenciada da atual dicotomia hegemônica entre propriedades públicas-privadas (LITTLE, 2002; WAGNER, 2004; HASBEART, 2013).

Assim, embora as Resex sejam enquadradas enquanto política pública de conservação, há muitas dimensões (políticas, econômicas e sociais) envolvidas nesta discussão para além do debate mais diretamente vinculado a ecologia sobre as técnicas e regras de uso dos recursos e sua eficiência na ‘manutenção do equilíbrio dos ecossistemas’. Na verdade, para que a proteção da biodiversidade aconteça a partir do uso sustentável de recursos naturais, as estratégias de desenvolvimento destas comunidades precisam estar adequadas a esta proposta. A própria Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais relaciona diretamente a defesa dos territórios destas comunidades com o ‘desenvolvimento sustentável’ (BRASIL, 2007), e o Plano Nacional de Áreas Protegidas salienta a importância de avaliar os resultados socioeconômicos destas políticas, e sugere analisar a integração desta com outras políticas e com o desenvolvimento da região (BRASIL, 2006). Neste sentido, esta pesquisa visa contribuir com este debate, buscando compreender as dimensões políticas e econômicas que permitem a manutenção de territórios onde os recursos naturais são utilizados de maneira sustentável garantindo a proteção da biodiversidade. Vale ressaltar que na região sul e sudeste do Brasil existem apenas três RESEX federais, uma quantidade que permite analisar a totalidade dos casos existentes dentro da área de estudo definida.

Por fim, ressaltamos que o conceito de território aparece constantemente tanto no Plano Nacional de Áreas protegidas, que tem como um de suas estratégias potencializar as áreas protegidas enquanto estratégia de ordenamento territorial, quanto na Política Nacional para povos e comunidades tradicionais que tem por objetivo geral a garantia dos direitos territoriais destes povos (BRASIL, 2006; 2007). Assim, salientamos a pertinência da pesquisa ser realizada

associada a ao programa de pós-graduação em geografia, pois embora a temática discutida seja inerentemente interdisciplinar, a centralidade no conceito geográfico de território como categoria de análise pode trazer contribuições singulares e edificantes ao debate. Segundo Porto-Gonçalves (2012) a problemática ambiental ganha mais consistência quando analisada a partir do território, pois nos remete a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas nas relações das sociedades com a natureza. De fato, tomar as relações de poder e as dinâmicas de territorialização como foco analítico permite a adoção de uma visão menos romântica tanto das populações tradicionais quanto das políticas públicas de conservação, uma vez que busca-se examinar o jogo de força e as dinâmicas identitárias, econômicas, políticas e de definição de arranjos institucionais referentes a acesso, uso e controle de recursos naturais visando a conservação da biodiversidade (COELHO, *et al.*, 2009). Assim, ao considerarmos a noção de território estamos abertos à possibilidade de pensar em múltiplas territorialidade sobrepostas, contraditórias/complementares, resultado da ação, cooperação e conflito entre indivíduos e grupos sociais que se apropriam dos espaços (COELHO, *et al.*, 2009). Podemos dizer que a criação de reservas extrativistas são, sem dúvidas, processos que constituem territórios, porém, em um mundo cada vez mais conectado em que as dinâmicas de apropriação dos espaços são múltiplas e diversas, estes territórios são atravessados por outras territorialidades que, em maior ou menor grau, condicionam os resultados desta política pública enquanto estratégia de conservação da biodiversidade e de desenvolvimentos destas comunidades.

3) Objetivos

Objetivo Geral: Analisar como as reservas extrativistas do sul e sudeste do Brasil contribuem no desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais, bem como identificar os limites desta política e as dificuldades enfrentadas por estas comunidade na busca pela manutenção/re-criação de um modo de vida que garanta o uso sustentável de recursos naturais.

Objetivos Específicos:

- I) Analisar as motivações e o arranjo sócio-político que levaram à criação das RESEX federais no sul e sudeste do Brasil;
- II) Identificar como o arranjo institucional das RESEX estão contribuindo na manutenção dos modo de vida dessas populações;

- III) Analisar quais as estratégias de desenvolvimento presentes nestas localidades e como se dá a inserção socioeconômica das populações tradicionais no contexto regional que estão inseridas;
- IV) Identificar as principais ameaças e desafios na manutenção/re-criação de modos dos vida sustentáveis dos povos e comunidade tradicional;

4) Metodologia de investigação

Para alcançar objetivo específico I e II –identificar as motivações de criação e a contribuição do arranjo institucional na manutenção dos modos de vida - será feita, primeiramente, uma análise dos documentos oficiais referentes à criação de cada uma dessas unidades de conservação, bem como uma revisão bibliográfica específica. Após está etapa serão elaborados roteiros de entrevista semi-estruturada (Módulo I). Este primeiro módulo será conduzido com dois grupos de atores-chaves (SEIXAS, 2005): (a) agentes governamentais vinculados ao órgão público responsável pela criação e gestão dessas áreas, (b) lideranças das comunidades tradicionais envolvidas no processo de criação e outros comunitários de cada uma das RESEX. Os roteiros, embora com o mesmo objetivo, serão diferenciado para cada um dos grupos de atores chaves.

Após está primeira etapa em campo os dados serão sistematizados e analisados buscando subsidiar a continuidade da pesquisa. Com base nestes resultados preliminares serão elaborados outros roteiros de entrevista semi-estruturada (Módulo II). Uma segunda etapa em campo ocorrerá visando alcançar os objetivos específicos II e III –analisar estratégias de desenvolvimento e identificar ameaças e desafios na manutenção dos modos de vida. As entrevistas serão conduzias com o mesmo grupo *b* de atores chaves descrito acima, e com outros atores chaves que serão apontados por essas lideranças, através do método conhecido como ‘bola-de-neve’ (SEIXAS, 2005), e a partir da identificação direta do próprio pesquisador com base na primeira experiências em campo. Nesta segunda etapa considera-se a possibilidade de introduzir a técnica de grupos-focais (SEIXAS, 2005) a depender do interesse e do grau de integração do pesquisador com a comunidade local.

Um segundo módulo de entrevista também será realizado com o grupo *a* de atores chaves (agentes governamentais) buscando compreender qual o papel desses órgãos nas estratégias de desenvolvimento. Em relação a este grupo de atores, sabendo que a área de atuação destes órgãos é de abrangência nacional, embora a sede seja em Brasília, é possível que

alguns informantes importantes estejam residindo em outras localidades, neste caso considera-se a possibilidade do contato e entrevista ser feito via internet (ex. skype) ou telefone. Para este segundo módulo contamos ainda com a probabilidade de ter identificado atores chaves que não são diretamente vinculados aos órgãos públicos relacionados com a gestão da RESEX, mas que serão entrevistados.

Para a realização das entrevistas com o grupo de atores chaves *b* (lideranças comunitárias) nas RESEX Arraial do Cabo – RJ e RESEX Mandira – SP, que estão localizados longe da instituição sede da pesquisa (UFSC – Florianópolis), será realizado um breve período de imersão em cada um destes lugares. Se propõe um primeiro período de no mínimo duas semanas em cada localidade, podendo ser estendido a depender da integração do pesquisador com a comunidade. Neste período, além de buscar o contato para realizar as entrevistas (módulo I) com os atores chaves, também será realizada observação participante, buscando acompanhar e se integrar as atividades diárias e de organização comunitária que estejam ocorrendo. Após período de análise e sistematização dos dados, será realizada nova imersão de no mínimo duas semanas. Neste segundo momento em campo, além de realizar as entrevistas (módulo II) e da observação participante, será proposto para a comunidade a realização de uma oficina para discutir os resultados parciais da pesquisa que podem se desdobrar em grupos focais para as discussões referentes ao objetivo específico III e IV.

As entrevistas com o grupo de atores chaves *b* na RESEX Pirajubaé, devido à proximidade tanto geográfica quanto pessoal do pesquisador com a área e com a comunidade, será feito primeiro, com o intuito de que sejam entrevistas ‘pilotos’, possíveis de serem readaptadas. Não será feito um período de imersão na comunidade, mas a observação participante ocorrerá, uma vez que o pesquisador é membro titular do conselho deliberativo da RESEX (que tem reuniões mensais) e participa ativamente do grupo de trabalho para a construção do plano de manejo da unidade e do grupo de trabalho de turismo de base comunitária.

5) Atividades previstas

- 1) Análise de dados secundários em gabinete (documentos oficiais, relatórios técnicos e bibliografia acadêmica);
- 2) Elaboração dos roteiros de entrevista (módulo I);

- 3) Realização das entrevistas com atores chaves na RESEX Pirabaé (módulo I)
- 4) Realização da entrevistas com grupo de atores chave *a* (ida a Brasília);
- 5) Primeiro período de imersão na RESEX Mandira (no mínimo 15 dias) para:
 - Realização das entrevistas (módulo I);
 - Observação participante;
- 6) Primeiro período de imersão na RESEX Arraial do Cabo (no mínimo 15 dias) para:
 - Realização das entrevistas (módulo I)
 - Observação participante;
- 7) Análise e sistematização dos dados preliminares;
- 8) Elaboração do roteiro de entrevista módulo II;
- 9) Realização das entrevistas com atores chaves na RESEX Pirabaé (módulo II);
- 10) Segundo período de imersão na RESEX Mandira (no mínimo 15 dias) para:
 - Realização das entrevistas (módulo II);
 - Observação participante;
 - Oficina devolutiva dos dados parciais;
 - Grupo focal (a depender da viabilidade);
- 11) Segundo período de imersão na RESEX Arraial do Cabo (no mínimo 15 dias) para:
 - Realização das entrevistas (módulo II);
 - Observação participante;
 - Oficina devolutiva dos dados parciais;
 - Grupo focal (a depender da viabilidade);
- 12) Realização da entrevistas módulo II com grupo de atores chave *a* (ida a Brasília);
- 13) Análise e sistematização final dos dados;

8) Planilha de orçamento:

Categoria de despesa	Descrição dos itens	Quantidade	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Viagens	Passagem aérea: Florianópolis/Rio de Janeiro/Florianópolis	2	passagem de ida e volta	800,00	1.600,00
	Passagem rodoviária: Rio de Janeiro/Arraial do Cabo/Rio de Janeiro	2	passagem de ida e volta	120,00	240,00
	Passagem aérea: Florianópolis/São Paulo/Florianópolis	2	passagem de ida e volta	500,00	1000,00
	Passagem rodoviária: São Paulo/Cananéia/São Paulo	2	passagem de ida e volta	180,00	360,00
	Passagem aérea: Florianópolis/Brasília/Florianópolis	2	passagem de ida e volta	800,00	1.600,00
	Hospedagem Arraial do Cabo	30	Diárias	160,00	4.800,00
	Alimentação Arraial do Cabo	30	Almoço e Janta	50,00	1.500,00
	Hospedagem Cananeia	30	Diárias	120,00	3.600,00
	Alimentação Cananeia	30	Almoço e Janta	50,00	1.500,00
	Hospedagem Brasília	14	Diárias	200,00	2.800,00
	Alimentação Brasília	14	Almoço e Janta	50,00	700,00
Equipamentos	Gravador de áudio Digital	1	Unidade	1.000,00	1.000,00
	Câmara fotográfica	1	Unidade	1.500,00	1.500,00
TOTAL					R\$: 22.200,00

9) Resultados esperados:

Do ponto de vista acadêmica espera-se com esta pesquisa contribuir com a discussão sobre o conceito de desenvolvimento/desenvolvimento sustentável/alternativas de desenvolvimento, tanto do ponto de vista teórico, articulando os conceitos de desenvolvimento e de territórios, como do ponto de vista da contribuição das visões endógenas dos povos tradicionais sobre a problemática do desenvolvimento. Como apontado ao longo deste projeto, é demanda do movimento socioambientalista a necessidade de se construir novas estratégias de desenvolvimento, e o discurso de que povos tradicionais são elementos chaves nesta construção é quase um consenso. Os resultados dessa pesquisa podem trazer novos elementos a esta discussão transcendendo o senso comum e os discursos ideológicos sobre a temática.

Do ponto de vista da contribuição para a políticas pública de conservação, os resultados desta pesquisa trarão uma compreensão mais precisa de quais as dificuldades, demandas e obstáculos que as populações tradicionais vem enfrentando para garantir um modo de vida baseado no uso sustentável dos recursos naturais. Ao focar nas estratégias de desenvolvimento, a relação das populações tradicionais com outros atores sociais e instituições que influenciam diretamente seus modos de vida também serão revelados. Será possível apontar quais elementos políticos e econômicos estão influenciado diretamente o desenvolvimento destas populações, bem como identificar as principais ameaças ao estabelecimento de uma trajetória de desenvolvimento que garanta a proteção de biodiversidade. Considerando que a pesquisa englobará a totalidade das RESEX federais na região sul e sudeste, este panorama possibilitará tanto uma avaliação geral da performance das RESEX, quanto a identificação de possíveis ações e serem executados visando garantir os objetivos previstos por esta política pública.

Do ponto de vista das comunidades envolvidas na pesquisa, partindo do pressuposto de que nenhuma aprendizagem é unidirecional, e de que este tipo de pesquisa gera inerentemente processos dialógicos, espera-se ao menos proporcionar a possibilidade de discussão sobre estratégias de desenvolvimento e da importância que estas populações têm no debate e na prática da construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que vem se mostrando socialmente injusto e ambientalmente depredador.

10) Referências bibliográficas:

ALIER, JOAN MARTINEZ. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, ALFREDO WAGNER BERNO. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, n. 1. 2004.

ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N. **Adaptive Co-Management: Collaboration, Learning, and Multi-Level Governance**. Vancouver - Toronto: UBC Press, 2007.

ARMITAGE, DEREK. Governance and the commons in a multi-level world. **International Journal of the commons**. V.2, n. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.758 de 2006**. – Institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 2007**. – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9 985 de 2000**. – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília, DF. 2000.

CASTRO JÚNIOR, EVARISTO; COUTINHO, BRUNO HENRIQUES; FREITAS, LEONARDO ESTEVES. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. *In*: Guerra, José Teixeira; Coelho, Maria Cecília Nunes. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2009.

CASTRO, FABIO DE. **Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros**. *In*: BEGOSSI, ALPINA (Org.). **Ecologia de Pescadores de Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Fapesp, 2004.

COELHO, M.C.N; CUNHA, L.H; MONTEIRO, M.A. **Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política**. *In*: Guerra, José Teixeira; Coelho, Maria Cecília Nunes. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2009.

CUNHA, L. H; COELHO. M. C. N. **Política e Gestão Ambiental**. *In*: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Org). **Questão Ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrad Brasil, 2009.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. NUPAUB: São Paulo, 2000.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS. Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil. **SAMUDRA Monograph**. 2008.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS. **A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização**. *In*: DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS (Org.). **A Enciclopédia Caiçara, v.1: o olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

GAMBA, CAROLINA. RIBEIRO, WAGNER COSTA. Conservação ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. **Revista de Estudos Brasileños**. V.4, n. 6. 2017.

HAESBAERT, ROGÉRIO. **O território e a nova des-territorialização do Estado**. In: DIAS, LEILA CHRISTINA e FERRARI, MARISTELA (Org.). **Territorialidade Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

KALIKOSKI, D. C. **Áreas Marinhas Protegidas, Conservação e Justiça Social: Consideração a luz da Teoria dos Comuns**. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira**. Brasília, 2007.

LEFF, ENRIQUE. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LITTLE, PAUL, E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Serie Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

PIMENTEL, MÁRCIA APARECIDA SILVA; RIBEIRO, WAGNER COSTA. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP – Espaço e tempo**. V.20, n.2, p. 224 – 237. 2016.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS WALTER. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS WALTER. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, GUSTAVO LINS. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. **Novos Estudos**. n. 80. p. 109- 125. 2008.

SEIXAS, CRISTIANA SIMÃO. **Abordagens e Técnicas de Pesquisa Participativa em Gestão de Recursos Naturais**. In: VIEIRA, PAULO. F; BERKES, FIKRET; SEIXAS, CRISTIANA. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**. Florianópolis: Secco/APED.

TEBET, GUILHEIRME C.C. **A Gestão de Recursos de Uso Comum na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé**. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Florianópolis, 2014.

VIEIRA, PAULO FREIRE. **Gestão de Recursos Comuns para o Ecodesenvolvimento**. In: VIEIRA, P.F; BERKES, F; SEIXAS, C.S. **Gestão Integrada e Participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIVACQUA, M. VIERIA, P.H.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política Sociológica**. n.7 p. 139 – 162. 2005.

WILLIS, KATIA, D. **Development: critical approaches in human geography**. In: CLIFFORD, N.J; HOLOWWAY, S.L; RICE, S.P; VALENTINE, G. **Key Concepts in Geography**. London: SAGE, 2009.